

Alocacao jurisdicional e estrategias presidenciais no Brasil

Sergio Praca (FGV-RJ, *Veja*, *Exame*)

Executive Toolbox no presidencialismo de coalizão

- Ministerios
- Emendas Orcamentarias
- Cargos de Confianca
- Alocacao Jurisdicional

- Quando nao funciona: *policy concessions*

Alocacao jurisdicional e relacoes de delegacao

- **Assimetria informacional.** Chefe da agencia - e burocratas - sabem muito que presidente desconhece. Isso resulta em *agency loss* na area X.
- **Monitoramento** pode resolver? Sim, mas ha custo alto. (Watchdogs, sociedade civil, Judiciario etc)
- **Agencia controlada por aliado** (ally principle). Ok, mas e os partidos parceiros da coalizao?

Alocacao jurisdicional e relacoes de delegacao

- Definir aliados politicos ou burocratas-tecnicos para controlar agencias burocraticas - arcando com certos custos - é inevitavel.
- Presidentes podem transformar a alocacao jurisdicional em uma oportunidade para angariar apoio politico com beneficios mais altos do que os custos

Critérios para alocação jurisdicional

- 1) Complexidade da política pública
- 2) Importância da política pública na agenda pública
- 3) Capacidade da agência burocrática
- 4) Expertise da agência burocrática
- 5) Proximidade ideológica da agência burocrática ao presidente (via cargos de confiança)

Estudo de caso: acordos de leniência

- Alta complexidade, alta importancia da politica publica
- Agencia 1: Ministerio Publico Federal
- Agencia 2: Controladoria-Geral da Uniao
- Agencia 3: Tribunal de Contas da Uniao

Estudo de caso: acordos de leniência

- Presidente e parlamentares escolheram CGU para realizar tarefa (Lei 12.846/2013).
- CGU pode ser chefiada por burocrata-técnico...ou por Fabiano Silveira (R. Calheiros)
- TCU e MPF, fora do controle presidencial, querem compartilhamento da tarefa - ou mesmo sequestra-la. AGU, controlada pelo presidente, também quer (L. I. Adams)
- Ting 2003: compartilhamento pode resultar em free riding e/ou “redundância latente”. Em ambos os casos, expertise desperdiçada.

Conclusões preliminares

- Alocação jurisdicional pode ser usada para atrair/punir aliados: merece lugar na *executive toolbox*
- Compartilhamento de tarefas (resultante de escolhas estratégicas de alocação jurisdicional) pode resultar em perda de expertise - e presumivelmente em perda de qualidade da politica publica